



Basta de retrocesso aos direitos das mulheres

Declaração Coletiva Feminista

Um padrão preocupante está surgindo nos debates que vêm sendo realizados em vários organismos multilaterais - um ataque sistêmico e renovado à organização das mulheres. Celebradas instrumentalmente como cuidadoras abnegadas da família, profissionais de saúde dedicadas ou mães carinhosas vocacionadas para cumprir sua função reprodutiva, as mulheres se veem cada vez mais cerceadas e sufocadas por narrativas enganosas e antiquadas, orientadas por estereótipos socialmente construídos, que as representa como pessoas vulneráveis¹. Mas a realidade das mulheres é diferente: elas são, na verdade, tornadas vulneráveis.

A atenção que recebem entra em choque radical com as medidas de austeridade que reduzem os compromissos e as obrigações financeiras públicas para suas funções essenciais e outros trabalhos de reprodução social, exacerbando ainda mais a exploração de mulheres e meninas que continuam a realizar massivamente o trabalho não remunerado²⁻³. Essa disparidade não apenas prejudica a autodeterminação e a participação sociopolítica das mulheres. Ela também expõe o legado persistente de uma injustiça estrutural mais profunda que exige nossa atenção urgente, nossa análise e ação diária.

Após a pandemia e anos de uma guerra global renovada, o direito das mulheres de expressar sua autonomia política sobre seus próprios corpos está mais uma vez sob ataque brutal, de inúmeras formas. As ofensivas atuais contra os direitos e o bem-estar das mulheres estão se multiplicando - e prosperando - em todo o mundo. No Afeganistão, as mulheres são impiedosamente expulsas da esfera pública. No Irã, a coragem das mulheres tem sido brutalmente reprimida pelo patriarcado religioso. Enquanto isso, nos EUA, as reformas legais estão revogando o direito ao aborto e limitando o acesso à assistência à saúde sexual e reprodutiva, em geral⁴. Na Europa

¹TED. YouTube [Internet]. [Vídeo], Chimamanda Ngozi Adichie: O perigo da história única | TED; 7 out 2009 [Acessado em 6 jun 2024]; [19 min, 16 s]. <https://www.youtube.com/watch?v=D9lhs241zeg>

² Dana Abed and Fatimah Kelleher (2022). *The Assault of Austerity: How Prevailing Economic Policy Choices are a Form of Gender-Based Violence*. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/the-assault-of-austerity-how-prevailing-economic-policy-choices-are-a-form-of-g-621448/> [Acessado em 13 Mai 2024].

³ Women in Global Health. Subsidizing Global Health Women's unpaid work in health systems. Challenging power and privilege for gender equity in health. [Internet]. [Acessado em 6 jun 2024]. <https://womeningh.org/wp-content/uploads/2022/07/Pay-Women-Report-July-7-Release.pdf>

⁴ Rachel Easter, [Amy Friedrich-Karnik](#) and [Megan L. Kavanaugh](#), (2024), *Any Restrictions on Reproductive Health Care Harm Reproductive Autonomy: Evidence from Four States*.

está sendo debatida uma diretriz que ameaça descriminalizar o estupro e esvaziar a Convenção de Istambul. Em Gaza e na Cisjordânia, as instituições das Nações Unidas e os Estados Membros permanecem paralisados no que se refere ao conflito que, até o momento, matou mais de 35.000 pessoas (em 12 de maio de 2024)⁵ - com mulheres e crianças representando a maioria das vítimas. A mesma história, a mesma tragédia, observada em todos os conflitos armados.

A guerra é, de fato, a essência do sistema patriarcal. A agressão justifica a opressão, e o abuso se converte na ferramenta preferida para “resolver” conflitos⁶. Essa dinâmica obsessiva torna o corpo da mulher o campo de batalha perfeito da guerra estrutural.

Até mesmo a Organização Mundial da Saúde - que declarou culpados alguns funcionários por agressões sexuais contra mulheres e meninas na República Democrática do Congo durante a Covid-19, com a oferta de US\$ 250 para cada sobrevivente⁷- se opõe novamente aos recentes apelos por reformas sensíveis ao gênero e pela proteção dos direitos das mulheres⁸, a despeito da existência de vários instrumentos normativos internacionais e mecanismos regionais que reconhecem e afirmam ambos⁹, os direitos sexuais e reprodutivos continuam sendo implacavelmente desafiados.

Como isso está sendo justificado? Dentro da OMS, alguns argumentam que os direitos à saúde sexual e reprodutiva são questões “políticas” que devem ser tratadas pelos governos nacionais, pois vão além do mandato “técnico” da OMS. Entretanto, a saúde é parte inerente da política - uma realidade que a Constituição da OMS reconhece explicitamente quando afirma que fatores políticos estruturais, como desenvolvimento desigual e discriminação, são impedimentos para a obtenção do direito à saúde. A Constituição da OMS também reconhece que a paz, a cooperação internacional e a responsabilidade dos governos pelo bem-estar de seu povo são essenciais para a saúde. Essa conjuntura levanta uma questão fundamental: como é

<https://www.guttmacher.org/report/any-restrictions-reproductive-health-care-harm-reproductive-autonomy-evidence-four-states> [Acessado em 13 Mai 2024].

⁵ AL JAZEERA. UN chief urges 'immediate ceasefire' in Gaza as 35,000 Palestinians killed. 12 maio 2024. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2024/5/12/un-chief-urges-immediate-ceasefire-in-gaza-as-35000-palestinians-killed>. [Acessado em 13 Mai 2024].

⁶ Centre for Feminist Foreign Policy (2024) *Strongmen and Violence: Interlinkages of anti-feminism and anti-democratic developments*. Centre for Feminist Foreign Policy, Berlin. <https://centreforfeministforeignpolicy.org/wordpress/wp-content/uploads/2024/02/CFFP-strongmen-and-violence.pdf> [Acessado em 13 Mai 2024].

⁷ PRESS, Associated. Internal Documents Show the World Health Organization Paid Sexual Abuse Victims in Congo \$250 Each. 14 nov. 2023. Disponível em: <https://www.voanews.com/a/internal-documents-show-the-world-health-organization-paid-sexual-abuse-victims-in-congo-250-each/7354013.html>. Acesso em: 11 jun. 2024.

⁸ Kerry Cullinan (2024) Row over Reproductive Rights Group at WHO Executive Board 'Undermines' Secretariat and 'Science-Based' Approach. <https://healthpolicy-watch.news/row-over-reproductive-rights-group-at-who-board-undermines-science-based-approach/> [Acessado em 13 Mai 2024]

⁹Tais como: A [Convenção Contra a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher \(CEDAW\)](#), o tratado internacional adotado em 1979 pela Assembleia Geral das Nações Unidas; A [Declaração de Beijing and a Plataforma para Ação \(Bpfa\)](#), acordada durante a 4ª Conferência Mundial sobre Mulheres em 1995; O [Maputo Protocol Advances African Women's Rights](#), adotado pela União Africana em 2003 e African Union in 2003 e promulgado em 2005.

possível a relevância política da OMS causar desconforto quando falamos de promover e proteger os direitos das mulheres, enquanto o mesmo nível de desconforto não é sentido em outras questões políticas sensíveis? Incentivar os países a manterem os gastos com saúde dentro de seu “teto fiscal” ou insistir na proteção dos direitos de propriedade intelectual, mesmo que essas políticas impeçam o acesso a medicamentos essenciais e sementes, não desperta as mesmas reações de desconforto.

A marginalização e a subjugação sistemática de grupos sociais é um sinal inerentemente inaceitável de poder que continua a ser imposto. Para as mulheres, em especial as mulheres racializadas, negras, indígenas, e outros grupos marginalizados que enfrentam todos os tipos de injustiças, esse poder estabelecido é amplamente reconhecido, profundamente consolidado e comumente chamado de patriarcado. Os modelos patriarcais, tão profundamente arraigados nas religiões e no legado das estruturas institucionais, são fáceis de usar e amplamente aplicados, a ponto de serem aceitos e interiorizados, com manifestações históricas e persistentes de colonialismo, imperialismo e populismo. O ponto central de todas essas manifestações é a supressão das vozes, da liberdade de ação e da autonomia do corpo das mulheres.

A forma como as mulheres e outras minorias continuam a ser tratadas hoje no sistema multilateral reflete apenas essa lógica patriarcal estrutural. Isso é camuflado com uma retórica pouco convincente associada a intervenções minimalistas que, na melhor das hipóteses, visam elevar o patamar. Na maioria das vezes, porém, essas iniciativas acabam reafirmando o *status quo* de papéis sociais estereotipados. Elas não atacam as raízes da violência direta inerente a um sistema em que os Estados-Membros supostamente falam por suas mulheres - como se as mulheres fossem objetos e incapazes de falar por si mesmas!

Em um mundo em que as mulheres representam a maioria, as instituições políticas, em todos os níveis, têm a obrigação legal de reconhecer e honrar essa realidade, em vez de miná-la pouco a pouco. É imperativo que todas as mulheres se unam e reforcem suas lutas em comum para pressionar os governos e as instituições multilaterais para superar e desmantelar essa ordem insustentável de coisas.